


PROTAGONISMO FEMININO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): O ACESSO DA COMUNIDADE A PRODUTOS ORGÂNICOS E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-502>

Data de submissão: 20/11/2024

Data de publicação: 20/12/2024

Ana Margarida Theodoro Caminhas

Docente – Depto. Economia Administração e Educação – FCAV – UNESP – Jaboticabal

Mestre em Educação – Faculdade de Educação – UNICAMP

Doutora em Aquicultura – Centro de Aquicultura – CAUNESP/UNESP

ana.caminhas@unesp.br

RESUMO

Os objetivos deste estudo são: verificar como o protagonismo feminino no manejo orgânico dos quintais produtivos da agricultura familiar contribui para a implementação dos ODS da Agenda 2030 em sua comunidade rural e urbana. Empregamos uma abordagem qualitativa e o estudo de caso, por meio do uso de entrevistas com 20 agricultoras, observação direta e análise de documentos. As agricultoras têm uma produção orgânica nos quintais produtivos em torno de 3 a 4 mil toneladas de alimentos mensais, que foram destinados às entregas do Projeto Cesta Verde (parte do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA). Esses alimentos orgânicos foram distribuídos pela Prefeitura Municipal de Jaboticabal por meio Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social a famílias em vulnerabilidade social com o apoio da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (SAAMA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Em cada “cesta verde” havia 10 kg de alimentos orgânicos cultivados pelas agricultoras. No ano de 2021, 2022 e 2024 cerca de 750 famílias receberam cestas verdes. Em 2023, o recebimento das cestas pelas famílias ficou para 2025, devido à tramitação do edital do PAA. Por ser feita em períodos irregulares e com grande espaço de tempo, de uma a três vezes no ano, com intervalo de 4 a 5 meses em média, a doação das cestas às famílias da comunidade em situação de vulnerabilidade dos municípios vizinhos colaborou pouco para amenizar a insegurança alimentar ao longo de outros períodos do ano. Já em relação às famílias das agricultoras, a segurança alimentar ocorreu por meio do autoconsumo e a compra de outros tipos de alimentos adquiridos com os recursos provenientes da venda ao PAA. Mas, as agricultoras promoveram o consumo de alimentos orgânicos em sua comunidade rural e na região urbana vizinha neste contexto, mas, viabilizaram a implementação do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

Palavras-chave: Segurança Alimentar. PAA. Agenda 2030. Quintais Produtivos. Agroecologia.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada com 20 participantes da Associação de Mulheres Agricultoras Familiares do Assentamento Terra Rica (AMAAR), localizado em Córrego Rico, distrito do município de Jaboticabal, São Paulo. Essas agricultoras familiares têm como principal atividade na sua comunidade rural a gestão e o manejo sustentável dos quintais produtivos, em que são cultivadas uma ampla variedade de verduras, legumes, frutas, raízes, plantas medicinais, além de ser um local para a criação de animais, como bovinos, suínos e aves. O manejo agrícola desses espaços produtivos é sustentável pois é feito sem o uso de agrotóxicos, pois a produção é empregada para o consumo da família e há preocupação com a saúde de seus integrantes somada à falta de recursos para aquisição desses insumos. A produção excedente pode ser destinada à venda, troca ou doação na comunidade rural ou cidades vizinhas. A dinâmica de produção e consumo desses alimentos orgânicos os torna acessíveis a uma parcela da população que não teria condição de comprá-los em outros formatos de comercialização. O consumo de produtos orgânicos é associado a um público elitizado e comercializado por preços altos. Assim, será demonstrado nessa pesquisa como os produtos orgânicos e agroecológicos puderam se tornar acessíveis a demais grupos minoritários e vulneráveis economicamente, além dos assentados rurais.

É importante destacar que o Assentamento de Córrego Rico fica localizado em uma das maiores regiões de monocultura canavieira do estado de São Paulo e do Brasil. Portanto, pesquisar a importância das mulheres no manejo sustentável da agricultura familiar nesse contexto agrário pode nos apontar práticas agrícolas alicerçadas na agrobiodiversidade e equilíbrio socioambiental. Além disso, identificar que práticas de sustentabilidade da liderança feminina na comunidade rural estudada contribui para a prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 nos leva a compreender que o movimento de resistência e construção em prol dos direitos humanos e da sustentabilidade pode ocorrer também na nossa realidade local. Optamos por pesquisar o público feminino, pois em estudos anteriores, a autora identificou esse protagonismo feminino na agricultura familiar e o problema de pesquisa atual acabou sendo um desdobramento dessas investigações anteriores, agora com ênfase na liderança feminina na produção orgânica e agroecológica como promoção da segurança alimentar. Além disso, a autora tem se identificado com esse grupo de agricultoras por revisitar suas raízes e ancestralidade materna e paterna na agricultura familiar nos encontros e reencontros nos quintais produtivos. Essa dinâmica tem produzido frutos prósperos no ensino, na pesquisa e na extensão em que as agricultoras têm sido também protagonistas.

Diante do contexto feito até aqui, é possível apresentar o objetivo desta pesquisa: verificar como o protagonismo feminino no manejo orgânico dos quintais produtivos da agricultura familiar contribui para a implementação dos ODS da Agenda 2030 em sua comunidade rural e urbana.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho atribuídas a pessoas que tenham algum grau de parentesco ou que sejam casadas, conforme Abramovay (1992) e Wanderley (1999), são as três características básicas que definem a agricultura familiar. Na agricultura familiar, os alimentos consumidos pela família são produzidos por ela mesma, o que é chamado de autoconsumo, outra característica desse tipo de manejo agrícola (Pozzebon; Rambo; Gazolla, 2017). Portanto, a agricultura familiar tem uma dinâmica e processos produtivos diferentes da agricultura convencional ou hegemônica (Baiardi; Alencar, 2013).

Outra peculiaridade da agricultura familiar são os quintais produtivos, locais em que há um protagonismo feminino no manejo agrícola sustentável (Bezerra Et Al., 2015; Siliprandi, 2015) gerador de saberes e agrobiodiversidade presentes no manejo desses espaços próximos às casas em que são cultivadas verduras, legumes, frutas, raízes, temperos e plantas medicinais são espaços do trabalho feminino na Agricultura Familiar. A manutenção da cultura local e o fortalecimento de um manejo orgânico e ecológico ocorre por meio da troca de saberes sobre plantas, sementes e técnicas de plantio entre as mulheres agricultoras nos quintais produtivos (Leal et al., 2020).

Esse protagonismo feminino em prol da sustentabilidade na agricultura está de acordo com a Agenda 2030 (“Transformando Nosso Futuro: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”), documento internacional aprovado em 2015, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) por 193 países, inclusive o Brasil. Na pauta dessa agenda está o compromisso de ser cumprido até 2030 objetivos e metas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, combatendo-se a pobreza, a exploração e a contaminação do meio ambiente (Cabral; Gehre, 2020; ONU, 2015; Rosa; Campos, 2020). A Agenda 2030 está alicerçada na transdisciplinaridade para abordar temas como a saúde, a educação, a água e saneamento, a segurança alimentar, as mudanças climáticas, a vida na terra e os oceanos, a redução das desigualdades, a construção de sociedades pacíficas e inclusivas e justiça social. A cultura e a realidade local, conforme os 17 Objetivos de Desenvolvimento da Agenda 2030, devem ser valorizadas para alcançar a sustentabilidade nas dimensões sociais, econômicas e ambientais (Cabral; Gehre, 2020; Gehre; Martins, 2021)

A agricultura sustentável dada na produção orgânica está em sintonia com as dimensões econômicas, sociais e ecológicas dos princípios da sustentabilidade e direitos humanos dos Objetivos

para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Zerbini; Dallagnol; Simões, 2020). Esse modelo de agricultura promove o equilíbrio natural dos agroecossistemas e da agrobiodiversidade por meio de sua biodinâmica e interação entre a fauna, a flora, a água, o ar e o solo (Ehlers, 1996; Primavesi, 1992; Primavesi, 1997).

Essa pesquisa é um desdobramento de dois projetos anteriores, nas quais obtivemos dados sobre a sustentabilidade e a segurança alimentar promovidos pela gestão feminina na prática do autoconsumo da agricultura familiar e nas feiras agroecológicas (Caminhas, 2020; Caminhas, 2022). Ambas as experiências de pesquisa nos indicaram que é fundamental investigar como a gestão feminina da produção orgânica também contribui para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento da Agenda 2030 na comunidade rural estudada e em sua região. Será possível estudar essa relação com os ODS, pois, os alimentos orgânicos produzidos pelas agricultoras são acessíveis às suas famílias e a outras que consomem esses produtos por meio da compra, troca ou doação (Caminhas, 2020; Caminhas, 2022). Também parte da produção desses alimentos é comercializada por meio de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que prioriza a compra de produtores da agricultura familiar pelas entidades assistenciais dos municípios, conforme Camargo et al. (2019) e Leal (2015). O PAA foi criado em 2003 e, em linhas gerais, objetiva propiciar a segurança alimentar por meio da agricultura familiar a famílias em situação de vulnerabilidade. Além de agricultores familiares podem ser fornecedores para o PAA “silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais”, de acordo com Leal (2015). O PAA se originou como uma política pública vinculada ao Programa Fome Zero e alicerçado na busca de garantir o “Direito Humano à Alimentação Adequada”. Tem o apoio do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com estados, municípios e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). (PAA, 2024)

O Projeto Cesta Verde é uma iniciativa governamental vinculada ao PAA que objetiva garantir um retorno financeiro para agricultores familiares, pois a sua produção será destinada pelas prefeituras a pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de que haja uma melhora na situação de insegurança alimentar. Cada “cesta verde” deve conter 10 kg de verduras, legumes, raízes, cereais e frutas, de forma que haja acesso a uma alimentação saudável e in natura (Camargo et al., 2019; Leal, 2015).

Esse fluxo de produção e consumo de alimentos orgânicos promovidos pelo protagonismo feminino nos quintais produtivos e na comunidade estão relacionados à segurança alimentar, à qualidade de vida e ao consumo consciente relacionados aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome

Zero e Agricultura Sustentável), 3 (Saúde e Bem-Estar), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Consciente). (ONU, 2015)

O estudo proposto também pretende ser uma contribuição da universidade para promover uma reflexão sobre o papel das comunidades de seu entorno na implementação dos Objetivos da Agenda 2030 que ocorrem em suas práticas cotidianas (Tartaruga et al. 2020; Capponiet al., 2021).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Assentamento Rural do Distrito de Córrego, que fica localizado no nordeste do estado de São Paulo, a cerca de 10 km do município de Jaboticabal, na região de Ribeirão Preto, em que a produção sucroalcooleira é predominante quase que totalmente. De acordo com Borelli Filho, Souza e Ferrante (2011) a origem dessa comunidade rural ocorreu, em 29 de maio de 1998, a partir de uma ocupação feita por cerca de 50 famílias do Horto Florestal de Córrego Rico, administrado pela Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo). Esses autores mencionam que essas famílias eram de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), as quais reivindicaram esta área para fins de reforma agrária.

Realizamos esse estudo por meio de uma abordagem qualitativa alicerçada em significados que superam os limiares de questões quantitativas, sendo peculiares e únicos (Boni; Quaresma, 2005; Minayo, 1993; Severino, 2007). Na pesquisa qualitativa, inexistente uma regra determinante do número de informantes (Ribeiro; Souza e Lobão, 2018). Na abordagem qualitativa a compreensão do pesquisador como “instrumento-chave” e o ambiente como fonte direta dos dados e informações são referências para a coleta e a análise do que foi pesquisado. Assim, os resultados da pesquisa são vistos integrados ao processo de pesquisa como um todo (Godoy, 1995; Silva; Menezes, 2005). A qualidade é considerada pelo pesquisador como uma variável, o que dispensa, nesse caso, a quantificação de outras variáveis (Minayo, 1996).

Desenvolvemos, assim, um estudo de caso, conforme os parâmetros de Yin (2005), em que se investiga um fenômeno da contemporaneidade, singular e mergulhado no seu contexto dotado de “complexidade” e “singularidade” próprios da situação estudada. Realizamos as três etapas necessárias para a coleta de dados de uma pesquisa qualitativa, conforme Boni e Quaresma (2005) e Minayo (1996) recomendam: a pesquisa bibliográfica, a observação em campo e a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas. Na pesquisa bibliográfica, separamos e estudamos textos científicos sobre agricultura familiar, quintais produtivos, segurança alimentar, protagonismo feminino, agricultura

orgânica, agroecologia, economia solidária, Agenda 2030, políticas públicas, sustentabilidade e direitos humanos. Fundamentamos com esse material a coleta e a análise de dados. A observação de campo nos propiciou identificar a dinâmica do manejo e gestão dos quintais produtivos pelas mulheres agricultoras. Assim, empregamos a observação em demais momentos da coleta de dados: durante as visitas aos assentamentos, entrevistas e reuniões nas comunidades. A observação foi uma etapa da coleta de dados realizada por esse contato direto e que viabilizou a obtenção de informações sobre a realidade estudada de acordo com as diretrizes de Boni e Quaresma (2005), sendo fundamental para a coleta e a análise de dados. Por meio da observação, o pesquisador obtém, de forma direta e sem intermediações, informações que, algumas vezes, estão ausentes em questionário e entrevistas. (Gil, 1999; Marconi; Lakatos, 2003)

A outra etapa do estudo de caso desenvolvido nesta pesquisa foram as entrevistas, as quais realizamos, por meio de três modalidades: semiestruturadas, projetivas e de grupos focais. Esses três formatos de entrevistas foram distribuídos nos primeiros e segundos semestres de 2022 a 2024, sendo aplicadas com 20 mulheres agricultoras da liderança do Assentamento Terra Rica, vinculadas à diretoria da AMAAR (Associação de Mulheres Agricultoras Familiares do Assentamento de Córrego Rico).

Empregamos entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e abertas respondidas por 20 mulheres, de acordo com os parâmetros de Boni e Quaresma (2005), Guazi (2021) e Minayo (1993). Em síntese, as questões objetivaram compreender a percepção das agricultoras quanto ao seu protagonismo na produção de alimentos orgânicos nos quintais produtivos da agricultura familiar e desdobramentos para a segurança alimentar da comunidade rural e região consumidora desses alimentos.

Reunimos quatro grupos focais na comunidade pesquisada a fim de que pudéssemos entrevistar as agricultoras aí subdivididas e formulamos questões sobre a contribuição do seu trabalho nos quintais produtivos para a sustentabilidade e os ODS da Agenda 2030. Ou seja, nos grupos focais os dados de pesquisa são obtidos por meio da interação do pesquisador com os subgrupos do grupo estudado, feita de acordo com o tema estudado, em uma dinâmica de entrevistas (Souza, 2020).

Realizamos 20 entrevistas projetivas com as agricultoras, ou seja, à medida que formulamos as questões, apresentamos às mulheres fotos divulgadas no instagram do “Projeto Amaar” (@amaar_projeto) sobre o registro do manejo orgânico e agroecológico nos quintais produtivos, da distribuição dos produtos orgânicos no barracão do assentamento até o destino e demais conteúdos de divulgação da importância do protagonismo feminino na agricultura familiar. Conforme Boni e

Quaresma (2005) e Minayo (1993) as entrevistas projetivas empregam um roteiro para as perguntas, as quais devem ser formuladas juntamente com fotos relacionadas ao tema de pesquisa.

Obtivemos os dados das entrevistas das agricultoras (semiestruturadas, grupos focais e projetivas) conforme os parâmetros da técnica de análise de conteúdo, seguindo-se as etapas recomendadas por Bardin (2009): pré-análise (transcrição das entrevistas e leitura flutuante), exploração do material (repetição de palavras e ideias) e identificação das unidades de registro (categorias e subcategorias).

Estudamos informações disponibilizadas no site da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e arquivos de planilhas da associação de mulheres agricultores tendo como referência a técnica da análise documental, seguido as diretrizes de Lima Junior (2021). Também realizamos entrevistas semiestruturadas com representantes da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica de Integral) e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Jaboticabal.

4 RESULTADOS

No período analisado nessa pesquisa, de 2022 a 2024, as agricultoras protagonizam nos quintais produtivos da agricultura familiar uma produção orgânica e agroecológica que fica em torno de 3 a 4 mil toneladas de alimentos por mês. Assim, essas agricultoras têm sido motivadas a participar de editais do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) na modalidade e Cesta Verde. Essa iniciativa governamental compra produtos da agricultura familiar para distribuir a famílias em situação de vulnerabilidade. As agricultoras participam desses editais do PAA/Cesta Verde desde 2019 e esses alimentos são comprados no mesmo local em que é feita a doação para as unidades receptoras e a pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, compra por “doação simultânea”. A compra dos alimentos das agricultoras foi viabilizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Prefeitura Municipal de Jaboticabal com o apoio local da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). O governo Bolsonaro substituiu o PAA pelo Programa Alimenta Brasil por meio da Medida Provisória 1061 de 2021 e o apoio à agricultura familiar diminuiu muito. No entanto, as agricultoras tiveram recursos aprovados pelo PAA em 2020 que foram pagos em 2022, devido à pandemia. Também houve outros recursos obtidos via Cesta Verde com apoio do Governo do Estado de São Paulo aprovados em 2022, pagos em 2024. É possível que esse intervalo de tempo ocorreu devido à tramitação dos processos dos editais, extinção do PAA e retomada do programa no Governo Lula, em 2023. As

agricultoras contribuíram para um aumento da renda de suas famílias por meio desses pagamentos do PAA e cada uma recebeu: R\$ 8.000,00 (2022), R\$ 15.000,00 (2023) e em, em média, R\$ 8.000,00 (2024). Os valores são distribuídos pela legislação de acordo com o PAA pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conab, a qual executa a modalidade doação simultânea. Os recursos foram aprovados em fevereiro de 2019 (pagamento finalizado em março de 2022), fevereiro de 2020 (pagamento finalizado em abril de 2022), em fevereiro de 2021 (finalizado em fevereiro de 2024), fevereiro de 2022 (finalizado em dezembro de 2024).

Os produtos cultivados pelas agricultoras e que compuseram essas “cestas verdes” no período de 2022 a 2024 foram: abóbora moranga, abobrinha brasileira, berinjela, couve, repolho, rúcula, jiló redondo, mandioca, maxixe, mostarda, pepino japonês, quiabo banana nanica, banana prata, goiaba vermelha, limão, manga palmer. A composição dessas cestas é caracterizada, assim, por uma variedade de verduras, legumes, frutas e raízes, produtos in natura, dotados de inúmeros nutrientes, vitaminas e benefícios para a saúde de pessoas que não teriam condição de comprar esses alimentos. Houve uma média de distribuição com um intervalo entre 5 a 6 meses, 3 vezes ao ano fundo social do município de Jaboticabal, Barrinha e Lusitânia. Cada vez que a cesta verde foi distribuída, de 2021 a 2024, foram atendidas em média, 750 famílias. Cada “cesta verde” continha 10 kg de alimentos orgânicos cultivados pelas agricultoras e a insegurança alimentar dessas famílias atendidas foi amenizada. Os quilos excedentes foram doados juntamente com as cestas destinadas a entidades assistenciais. A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Jaboticabal ficou responsável pela distribuição das cestas verdes junto a famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas em sua rede de proteção social básica, como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), por meio do cadastro único a programas sociais, o qual registra famílias nessas condições (MDS, 2024). Essa secretaria usou alguns critérios para além do a fim de que um maior número de pessoas pudesse ser atendido, assim foi feito um rodizio e aqueles que haviam recebido cesta básica e bolsa família alternavam a sua vez e passavam a sua vez de receber a cesta para aqueles que não tiveram esses benefícios e estavam com dificuldade para aquisição de alimentos. A distribuição ocorreu de acordo com os cadastros vinculados aos CRAS municipais: quatro em Jaboticabal e um em seu distrito, Córrego Rico. Parte da quantidade excedente foi doada para pessoas em situação de vulnerabilidade vinculadas ao atendimento de proteção social especial, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ao qual se vincula a casa transitória para a população de rua feminina e masculina. Outra parte de alimentos excedentes foi doada a entidades sociais, como o Recanto Menina e o Lar Acolhedor São Vicente de Paula, em Jaboticabal e Lar de Amor para pacientes em tratamento quimio e radioterápico em Barretos).

Assim, as agricultoras promoveram o consumo de alimentos orgânicos em sua comunidade rural e na região urbana vizinha atendida pelo PAA. Pois além da quantidade que é destinada ao Projeto Cesta Verde, é reservada uma parte para o autoconsumo familiar dos alimentos. Além disso, as agricultoras complementaram a sua renda familiar com o recebimento dos valores do PAA/Cesta Verde pelo cultivo dos alimentos orgânicos para a aquisição de outros tipos de alimentos. Esse valor recebido do PAA/Cesta Verde é algo que as agricultoras entendem como algo garantido, pois têm o compromisso do pagamento, enquanto que se forem plantar para outro tipo de destino, nem sempre a venda é certa.

O protagonismo feminino na produção de alimentos orgânicos promoveu a implementação de vários ODS da Agenda 2030 e destacamos o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). E a inter-relação e transversalidade desses ODS propiciaram a configuração da soberania alimentar da comunidade das agricultoras familiares assentadas. É necessário compreender que essa soberania ocorre na dinâmica da agroecologia e da economia solidária, portanto é preciso diferenciar que os alimentos produzidos pelas agricultoras são orgânicos e agroecológicos. Pois há diferença, na lógica capitalista, entre produto orgânico e produto orgânico e agroecológico. O primeiro pode ser produzido sem a necessidade dos referenciais do segundo, o qual se baseia na economia solidária, que prevê uma precificação construída coletivamente e geradora do bem-comum. Ou seja, os produtos orgânicos sem referenciais agroecológicos e da economia solidária, inseridos na lógica capitalista, objetivam o lucro e a concorrência de mercado. No assentamento estudado, já ocorre a economia solidária pois os produtos são consumidos pela família e a quantidade excedente é doada, trocada e vendida em mercados institucionais como o PAA ou na própria comunidade seguindo-se uma precificação justa e sem concorrência. E o PAA/Projeto Cesta Verde se orienta pela economia solidária na compra dos produtos dos agricultores familiares e no destino a famílias em situação de vulnerabilidade.

Na entrega dos produtos à prefeitura e órgãos da assistência social relacionados ao projeto Cesta Verde e PAA, as mulheres agricultoras são 95% da listagem dos contemplados com recursos dessas políticas públicas no período de 2020 e 2022, quando as solicitações foram feitas por meio da associação dos assentados que incluía participação masculina. Em 2021 e 2023, a Associação de Mulheres Agricultoras Familiares do Assentamento de Córrego Rico participa do edital PAA na modalidade Cesta Verde. Há um aumento na participação das mulheres que em 2021 eram 14 e passaram a ser 20 em 2023. Portanto, há um protagonismo feminino na produção orgânica dos quintais produtivos.

5 DISCUSSÃO

Ao estudarem a dinâmica de consumo e venda de produtos orgânicos em feiras, Garcia et al. (2024) constataram que o preço elevado de produtos orgânicos é um fator limitante no consumo desses alimentos. No entanto, esses autores mencionaram que o preço alto e a falta de informação sobre os benefícios à saúde justificam as limitações de acesso a alimentos orgânicos. A produção orgânica no estado de São Paulo é feita predominantemente por homens da agricultura familiar e se localiza em regiões do agronegócio paulista. A predominância masculina ocorre em outros estados brasileiros, no manejo orgânico, seja formal ou informal (Brito et al., 2023). E o protagonismo feminino analisado na nossa pesquisa fica evidente em relação a esses dados.

Políticas públicas como o PAA impulsionam e valorizam as práticas de economia solidária na agricultura familiar como analisaram Araújo e Fahd (2023). O PAA, a agricultura familiar e a economia solidária também promovem o desenvolvimento local e regional, como também estudaram esses autores. E na presente pesquisa, famílias em situação de vulnerabilidade foram atendidas pela doação de alimentos orgânicos e agroecológicos do Projeto Cesta Verde, produzidos pelas agricultoras. Essas famílias podem consumir alimentos orgânicos não destinados à venda, mas ao autoconsumo e melhoraram a sua renda, o que podemos interpretar como uma contribuição para o desenvolvimento local e regional.

Kawakami, Souza e Quirino (2020) pontuam ações articuladas ao Objetivo Sustentável de número 2, que é definido por ações relacionadas à Fome Zero e Agricultura Sustentável. Assim, essas ações, conforme esses autores, devem favorecer de forma conjunta os agroecossistemas e a agricultura familiar a partir de um manejo sustentável em que os produtores, consumidores e a natureza sejam beneficiados. Ou seja, o emprego de técnicas agrícolas naturais, que dispensem agroquímicos, extrema mecanização agrícola e transgenia origina alimentos orgânicos, naturais e saudáveis favorece a saúde dos ecossistemas agrícolas e das pessoas. Outro aspecto importante é que a agricultura familiar que origina produtos orgânicos é beneficiada neste tipo de produção, pois a sua venda favorece a renda desses agricultores (Santos et al., 2017). A rica dinâmica dos processos naturais dos agroecossistemas e a sua ampla biodiversidade mantêm seus próprios ciclos e recursos na produção orgânica, o que dispensa o uso de agroquímicos (adubos e praguicidas) e de manipulação genética (transgenia) (Ehlers, 1996; Primavesi, 1992; Primavesi, 1997). Somada a essas características pertinentes ao manejo natural dos agroecossistemas há uma preocupação com a justiça social e distribuição dos rendimentos de forma equilibrada e voltada para o bem coletivo da comunidade, própria da agroecologia (Primavesi, 1997).

A dinâmica da participação e protagonismo das agricultoras nos editais do PAA gera segurança alimentar para as suas famílias. Estabelece-se uma dinâmica de segurança alimentar iniciada no

autoconsumo dos alimentos dos quintais produtivos e no consumo pelas famílias que receberam a cesta verde. É importante mencionar que esse protagonismo feminino foi uma conquista das agricultoras desde a sua participação nas feiras agroecológicas, quando puderam valorizar as suas ações na comunidade rural e a importância dos quintais produtivos de gestão feminina, conforme estudou Caminhas (2022). Além disso, os esposos e demais familiares do sexo masculino passaram também a compreender e valorizar esse protagonismo, estabelecendo-se um processo de parceria na geração de sustentabilidade, justiça social, segurança alimentar e consumo acessível de produtos orgânicos. A interseccionalidade dos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) ocorreu na produção orgânica e agroecológica nos quintais produtivos liderada pelas mulheres agricultoras. Além disso, o Guia Alimentar para a População Brasileira aponta que o consumo de alimentos orgânicos in natura da agricultura familiar promove a saúde e o bem-estar, parâmetros do ODS 3 (Brasil, 2014).

As dificuldades que as mulheres agricultoras relataram para o cultivo e produção nos quintais produtivos são aquelas relacionadas à obtenção adequada de água para irrigação. Essa água é obtida com materiais improvisados e inadequados à uma irrigação de qualidade. E as agricultoras que não possuem sistema de irrigação ficam na dependência do período de chuvas. Aquelas que possuem uma bomba de irrigação relataram altos valores nas contas de energia. O apoio mútuo entre as mulheres da associação, o senso de coletividade, a experiência de superação de desafios desde a implantação do Assentamento de Córrego Rico há quase 30 anos e a troca de saberes no manejo agroecológico dos quintais produtivos são fatores que têm contribuído para esse protagonismo feminino na produção orgânica dos quintais produtivos. No entanto, mesmo diante dessas inúmeras dificuldades as agricultoras têm sido liderança e protagonistas na produção orgânica de uma diversidade considerável de verduras, legumes, frutas, raízes e cereais como aponta Caminhas (2020; 2022). A produção nos quintais produtivos é orgânica, mas não possui certificação, o que poderia valorizar ainda mais a comercialização desses alimentos via PAA, pois esse mercado institucional paga 30% a mais por produtos orgânicos certificados (Camargo, 2020). Para participar do programa, os agricultores precisam da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/CAF) e uma conta no Banco do Brasil, pois o pagamento é feito diretamente ao produtor por meio de cartão bancário próprio (Camargo, 2020).

O protagonismo feminino nos quintais produtivos promoveu um manejo orgânico e agroecológico, nos parâmetros da economia solidária e alinhados com os ODS da Agenda 2030: ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-

Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). Esses ODS, as quais as agricultoras familiares contribuíram para a prática em sua comunidade, estão de acordo com os atributos da economia solidária: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (Carvalho; Cruz; Santiago, 2024).

O manejo orgânico praticado pelas mulheres do assentamento ocorre pela dificuldade financeira de aquisição de insumos e por não querer empregar produtos prejudiciais à saúde na produção de alimentos consumidos pela sua família (Caminhas, 2022). Sendo que o restante da produção de alimentos que não é consumida pela família das agricultoras é vendido, trocado ou doado (Grisa; Schneider, 2008; Caminhas, 2020; 2022) e dessa forma, o consumo a alimentos orgânicos também se torna acessível a outras pessoas atendidas pelo Projeto Cesta Verde. Assim, o Projeto Cesta Verde que integra do PAA auxilia na promoção da segurança alimentar de grupos vulneráveis (Elias *et al.*, 2024).

A venda dos produtos da agricultura familiar para mercados institucionais como o PAA promove aumento da renda familiar (Caminhas 2021; 2022; Elias *et al.*, 2024). Os agricultores familiares de renda mais baixa são os mais beneficiados, conforme Elias *et al.* (2024), ao participar de compras públicas como o PAA, com um aumento de entre 19 a 39% em seus rendimentos. Ademais, os agricultores têm a garantia de que esses programas governamentais sem atravessadores comprarão os alimentos que produziram.

Cumprir e praticar metas dos ODS da Agenda 2030, um documento internacional de grande importância, permite legitimar e fortalecer a representatividade feminina, o protagonismo feminino na Agricultura Familiar, na prática da sustentabilidade e suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Ou seja, esta prática tem um referencial transdisciplinar e internacional, que além de fortalecer ações socialmente justas e ambientalmente corretas, pode contribuir para que estas comunidades rurais tenham acesso a diversas políticas públicas articuladas à proposta da ONU.

Além disso, a pesquisa desenvolvida também se articula à contribuição da universidade para que identificar os objetivos da Agenda 2030 colocados em prática na sociedade, conforme Tartaruga *et al.* (2020) e Capponiet *al.* (2021) apontam. Identificar os indicadores de implementação da Agenda 2030 é traçar um perfil de uma prática de desenvolvimento sustentável que “não deixa ninguém para trás”, lema deste importante documento, ao contrário dos modelos de desenvolvimento convencional que promovem a desigualdade e o desrespeito aos direitos humanos e à diversidade. É possível identificar que a gestão dos quintais produtivos pelas mulheres agricultoras está no caminho certo do que a ONU propõe para a humanidade em questão de justiça social e sustentabilidade.

6 CONCLUSÃO

Por ser feita em períodos irregulares e com grande espaço de tempo, de uma a três vezes no ano, com intervalo de 4 a 5 meses em média, a doação das cestas às famílias da comunidade em situação de vulnerabilidade dos municípios vizinhos colaborou pouco para amenizar a insegurança alimentar ao longo de outros períodos do ano. Já em relação às famílias das agricultoras, a segurança alimentar ocorreu por meio do autoconsumo e a compra de outros tipos de alimentos adquiridos com os recursos provenientes da venda ao PAA. Mas, as agricultoras promoveram o consumo de alimentos orgânicos em sua comunidade rural e na região urbana vizinha neste contexto, mas, viabilizaram a implementação do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

O consumo de alimentos orgânicos é associado a uma camada da população abastada financeiramente. Essa pesquisa apresenta resultados em oposição a essa ideia, pois o protagonismo feminino na sustentabilidade dos quintais produtivos e na implementação dos ODS da Agenda 2030 gera alimentos orgânicos acessíveis a camadas da população em situação de vulnerabilidade. Portanto, políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos precisam ser mantidas e ganhar cada vez mais valorização quanto à aumento de valores de recursos, por exemplo.

Outra constatação importante deste estudo é a contribuição do protagonismo feminino para a sustentabilidade nos seus três pilares fundamentais: ecológicos, econômicos e sociais. Os alimentos são produzidos sem agrotóxicos e consumidos pelas famílias das agricultoras e da população que recebe as “cestas verdes” sem causar danos à saúde humana e dos agroecossistemas; as famílias das agricultoras e aquelas em situação de vulnerabilidade contempladas pelos setores de solidariedade municipais não teriam condição financeira de comprar produtos orgânicos; a comunidade rural e o seu entorno é beneficiada pelo exercício da cidadania, coletividade e prática dos ODS da Agenda 2030. Esses parâmetros caracterizam, portanto, uma produção agroecológica e orgânica, pois as contingências socioambientais são consideradas no cultivo, manejo e consumo desses alimentos.

É importante destacar que as mulheres agricultoras participantes deste estudo são mães, irmãs, tias e avós e que exercitam a prática do cuidado com os seus familiares. Essas mulheres, imersas na afetividade e na razão, administram, no seu cotidiano, situações desafiadoras para oferecer uma melhor qualidade de vida para a sua família. E isso tudo as motiva a trabalhar e protagonizar os quintais produtivos. São as mães da agricultura familiar e irmãs da Mãe Natureza.

Quando se mencionam os ODS da Agenda 2030 é comum dar ênfase apenas nas inúmeras dificuldades e desafios que a humanidade e a natureza têm que superar até chegar em 2030, que se aproxima. No entanto, é necessário valorizar ações socioambientais como essas das agricultoras que viabilizam a prática dos ODS em seu cotidiano, comunidade e realidade local. Essa valorização pode gerar inspiração, visita aos quintais das nossas raízes ancestrais, esperança, inspiração e ponto de partida para aperfeiçoar novas demandas em prol do equilíbrio socioambiental. A parceria entre essas comunidades e a universidade são essenciais na troca de saberes necessários à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, poderemos desenhar uma equação coletiva e harmônica, repleta de desafios, mas que aponte uma solução para a permanência de todas as formas de vida na Terra.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Anpocs, Campinas: Editora da Unicamp, p. 29-49, 1992.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2007.
- ARAÚJO, Alcione Lino de; FAHD, Plínio Gonçalves. O crescimento da economia solidária e agricultura familiar por meio dos programas de políticas públicas PNAE e PAA na cidade de Bom Jardim, MA. P2P E INOVAÇÃO, v. 9, p. 40-57, 2023.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014.
- BEZERRA, A. G. Costa et al. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, v. 2, n. 15, p. 66-97, 2019.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BORELLI FILHO, D.; SOUZA, J. G. de; FERRANTE, V. L. S. B. O sistema produtivo do Assentamento Córrego Rico, Jaboticabal-SP: diversificação produtiva em território do agronegócio. Retratos de Assentamentos, v. 14, n. 1, p. 243-264, jan. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRITO, Tayrine Parreira et al. Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 3, p. e260825, 2022.
- CABRAL, R.; GEHRE, T (org). Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo, 2020.
- CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BOCCA, Matheus Ferreira. Mercados institucionais para a agricultura familiar e a extensão universitária. Revista Ciência em Extensão, v. 15, n. 4, p. 47-66, 2019.
- CAMARGO, Regina Aparecida Leite de et al. Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico-SP. Retratos de Assentamentos, v. 23, n. 1, p. 143-180, 2020.
- CAMINHAS, A. M. T. A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de Córrego Rico, estado de São Paulo. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 6, n. 19, p. 1-19, 2020.
- CAMINHAS, Ana Margarida Theodoro; GOMES, Gabriel Henrique da Silva. Female protagonism and organic management of productive backyards: Instagram as a tool for disseminating the implementation of the sustainable development goals of the 2030 agenda. Seven Editora, 2024.

_____. As Feiras Agroecológicas, a Segurança Alimentar e o Protagonismo Feminino nos Quintais Produtivos da Agricultura Familiar: A Contribuição para a Prática da Agenda 2030. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 1, p. 4184-4200, 2022.

CAPPONI, N. F. et al. Educação ambiental e Agenda 2030: percepção de gestores de uma rede de ensino básico e superior privado. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e3210312895-e3210312895, 2021.

CARVALHO, Sônia Marise Salles; CRUZ, Tânia Cristina; SANTIAGO, Alcione. Abordagem interseccional entre inovação, tecnologia e empreendedorismo na perspectiva da economia solidária. *Aracê*, v. 6, n. 3, p. 6226-6247, 2024.

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. S. Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, Lilian de Pellegrini et al. Efeitos das compras públicas na renda de agricultores familiares no Brasil: análise do programa de aquisição de alimentos e do programa nacional de alimentação escolar. Brasília, DF: Ipea, dez. 2024

GARCIA, Alessandra Rodrigues et al. Barreiras e fatores determinantes ao consumo de alimentos orgânicos: uma análise de perfil e preferências em feiras livres de uma Capital. *Nutrição Brasil*, v. 23, n. 4, p. 1119-1133, 2024.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociais e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.15, nº 1, p.89-122, 2007.

GEHRE, T.; MARTINS, A. P. A. (org) Guia de interseccionalidades na Agenda 2030: para uma educação transformadora, Brasília, DF : Universidade de Brasília, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília , v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008 .

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, v. 2, 2021.

KAWAKAMI, A. Y.; SOUZA, L. L.; QUIRINO, C. B. Compras públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento da agricultura familiar e a democratização do alimento orgânico no Distrito Federal. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO PONTAL DO PARANAPANEMA (The Food Acquisition Program (FAP) in the Pontal do Paranapanema/SP). *Revista Nera*, n. 26, p. 147-164, 2015.

LEAL, L. et al. Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade, v. 7, n. 14, p. 31-54, 2020.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, 2021.

MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome). Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico#:~:text=As%20fam%C3%ADlias%20cadastradas%20podem%20ter,clicando%20em%20%E2%80%9CConsulta%20Simples%E2%80%9D> Acesso em set. 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em 05 maio. 2022.

POZZEBON, L.; RAMBO, A.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. Desenvolvimento Em Questão, v. 16, n. 42, p.405-441, 2017.

PRIMAVESI, A. Agricultura sustentável. Manual do produtor rural: maior produtividade, maiores lucros, respeito à terra. S. Paulo: Nobel, 1992.

___ Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura. S. Paulo: Nobel, 1997.

RIBEIRO, J.; SOUZA, F.N.; LOBÃO, C. Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados? Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.6, n.10, p.1-7, abr. 2018.

ROSA, V.R.; CAMPOS, G. A Agroecologia Como Mecanismo de Efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 15, n. 1, p. 321-340, 2020.

SANTOS, D. S.C. et al. Desempenho de agricultores familiares na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no estado do Pará. Acta Biológica Catarinense, v. 4, n. 2, p. 16-29, 2017.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2007.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia transformando o campo, as florestas e as pessoas.1. ed.Rio de Janeiro:Editora UFRJ, 2015.352p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, L. K. Recomendações para a realização de grupos focais na pesquisa qualitativa. PsiUnisc, v. 4, n. 1, p. 52-66, 2020.

TARTARUGA, I. G. P.; SPEROTTO, F. Q.; GRIEBELER, M. P. D. Mudanças tecnológicas e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional. Parcerias Estratégicas, v. 24, n. 49, p. 109-124, 2020.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WATANABE, M. A.; ABREU, L. S.; LUIZ, A. J. B. The Fallacy of Organic and Conventional Fruit and Vegetable Prices in the Metropolitan Region of Campinas, São Paulo, Brazil. Journal of Asian Rural Studies, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2020.

YIN. R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZERBINI, M.R.; DALLAGNOL, M.; SIMÕES, W. L. Agenda 2030 e PNAE: importante ferramenta para implementação do ODS 2 nas escolas públicas. Revista Sítio Novo, v. 4, n. 4, p. 84-100, 2020.